

É hora de rediscutir Estatuto da Magistratura, defende Lewandowski



CARLOS HUMBERTO/SCO/STF

Ao abrir o Ano do Judiciário 2015, o presidente do Supremo

Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski (*foto*), defendeu que o Congresso aprove um novo Estatuto da Magistratura, lembrando que a lei atual foi concebida em 1979, durante regime de exceção. “Pensamos que é chegada a hora de rediscutirmos as bases da magistratura nacional, de maneira a colocarmos os nossos juízes em um patamar profissional e institucional compatível com os inestimáveis serviços que prestam ao país”, disse.

Em seu [discurso](#) na sessão solene desta segunda-feira (2/2), Lewandowski também destacou a importância de um Judiciário bem estruturado e planejado. Citando estatísticas do relatório Justiça em Números 2014, que apontaram estoque de 95 milhões de processos com congestionamento de 70,9% no ano-base 2013, Lewandowski afirmou que a Justiça precisa se planejar para dar vazão à demanda exponencial de conflitos. O ministro alertou que a demora na solução dos litígios pode “degenerar em frustrações e violências, trazendo como conseqüência um grave comprometimento da paz pública”.

Embora preocupado com os números, Lewandowski classificou a crescente procura do Judiciário pelos cidadãos como fator de prestígio e de maturidade institucional. “Só reivindica direitos quem reconhece que deles é efetivamente detentor e tem a convicção de que o sistema judicial pode dar-lhe a satisfação almejada”, argumentou.

O presidente também citou as diretrizes de sua gestão no STF, como fazer diagnósticos para combater entraves à prestação jurisdicional, diálogo com os demais Poderes e órgãos do Judiciário, julgamento de processos de grande impacto social e valorização de magistrados e de servidores. Na área administrativa, destacou a edição da Portaria 536/2014, que reduziu o tempo médio de publicação de acórdãos de 93 para 22 dias, e a definição da visão estratégica da corte, focada na concretização dos direitos fundamentais e na estabilidade das instituições republicanas.

Elza Fiúza/ABR



PGR cobra combate à corrupção

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot (*foto*), afirmou em seu discurso durante a solenidade de abertura do Ano Judiciário, que são muitos os desafios a serem enfrentados em 2015, e elencou os principais temas que, segundo o Ministério Público, são prioritários para este ano.

Na avaliação de Janot, os poderes da República devem dar especial atenção ao combate à corrupção. A reafirmação do que chamou de “indispensável poder investigatório do Ministério Público” também foi salientada, bem como a defesa do balizamento legal em relação ao financiamento público e privado das campanhas eleitorais.

Rodrigo Janot defendeu ainda, em seu discurso, a melhoria das condições do sistema carcerário no país e a rediscussão da Lei da Anistia (Lei 6.683/1979), “em razão do julgamento do Estado Brasileiro pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos”. Também foram lembrados pelo procurador-geral a necessidade de valorização das carreiras dos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público e o Ministério Público como instrumento que permite dar celeridade à Justiça.



Defesa das garantias constitucionais

Em seu discurso no evento, o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinícius Furtado Coêlho (*foto*), destacou a importância do STF como o guardião dos direitos e garantias individuais. “A liberdade e os bens possuem superlativa proteção constitucional, sendo necessário um prévio processo justo para sua privação”.



O presidente da OAB lembrou julgados recentes do STF que reforçam a defesa do Estado de Direito e dão efetividade à presunção de inocência. “O Plenário do STF assevera, desde 2009, com o julgamento do Habeas Corpus 84.078, a inconstitucionalidade da execução provisória da pena”, assinalou. “Ninguém pode sofrer as consequências de uma punição antes da sentença condenatória transitada em julgado.”

O presidente da OAB também elogiou “o diálogo de alto nível” que vem sendo empreendido pelo ministro Ricardo Lewandowski com a advocacia. A priorização, pela atual gestão do STF, de julgamentos com repercussão geral e o estímulo aos meios alternativos de solução de conflitos, como a conciliação, a mediação e a arbitragem, foi outro ponto assinalado no discurso de Furtado Coêlho.

O próximo desafio do Judiciário, para o presidente da OAB, será dar efetividade ao princípio constitucional da igualdade, “a impedir a instrumentalização do poder para estabelecer privilégios”. Ele defendeu o fim do investimento empresarial em candidatos e partidos — tema da ADI 4.650, ajuizada pela própria OAB, cujo julgamento deve ser concluído este ano. Marcus Vinicius afirmou a “repulsa” da entidade que preside ao preconceito e à intolerância, a defesa da inclusão para superar desigualdades regionais, sociais e econômicas e garantir a todos tratamento igual.

Também participaram da solenidade de abertura do Ano do Judiciário o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, representando a presidente da República, Dilma Rousseff, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e o senador Jorge Viana, representando o Senado Federal, entre outras autoridades. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

Clique [aqui](#) para ler o discurso do ministro Ricardo Lewandowski.

Date Created

02/02/2015